

# Cenário Desafio é equacionar maior demanda de diferentes setores

## Debate sobre uso múltiplo da água ganha relevância

Roberto Rockmann  
Para o Valor, de São Paulo

Em relatório publicado na semana passada, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) fez uma avaliação mais pessimista sobre o cenário de abastecimento de energia até o fim do período seco, em novembro. Em uma análise conservadora, os reservatórios das hidrelétricas do Sudeste, que concentram mais de 70% da energia hidráulica, teriam apenas 10% de capacidade no fim de novembro; em uma mais otimista terminariam em 12,6%.

Esses números baixos indicam que a torcida por São Pedro no verão de 2021/2022 será grande. As premissas atuais do ONS estimam um crescimento do PIB de 4,5% neste ano, ante 3% no estudo anterior. Verificou-se grande diminuição da disponibilidade térmica, com redução de quase 4 GW médios em outubro e novembro.

Privilegiado por possuir mais de 10% da água doce do planeta, o Brasil começa a assistir a crescentes conflitos em relação ao uso múltiplo de água — abastecimento público, agricultura, indústria, geração de energia, navegação, pesca e aquicultura, turismo e recreação, entre outros — e à gestão dos recursos hídricos.

Primeiro diretor-presidente da Agência Nacional das Águas (ANA), ex-diretor geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Jerson Kelman pondera que a racionalidade terá de ser cada mais utilizada no debate. A ANA emitiu resolução determinando que se mantenha um estoque de

água no reservatório de Furnas de, no mínimo, 15% do volume útil. Isso significa imobilizar cerca de 2,6 bilhões de m<sup>3</sup>, que ficarão indisponíveis para gerar energia na própria usina de Furnas e em todas que lhe ficam a jusante (no sentido do fluxo da água) até Itaipu. Em plena crise hídrica, se deixariam de gerar 4 milhões de MWh.

“Com sorte, essa lacuna energética será substituída por usinas termelétricas, caso disponíveis, e, caso não, nas atuais circunstâncias, de pelo menos R\$ 2,4 bilhões. O ônus recairá sobre os consumidores na forma de bandeira tarifária vermelha em 2022”, destaca Kelman em recente artigo.

A preservação do uso múltiplo da água levaria em consideração que o esvaziamento total do reservatório causaria perdas à atividade turística da região. Segundo a associação de municípios do entorno do reservatório (Alago), o prejuízo seria de R\$ 53 milhões. “Se dividirmos R\$ 2,4 bilhões por R\$ 53 milhões, o resultado é 45. Ou seja, o custo para os consumidores de energia elétrica é 45 vezes o custo para as atividades turísticas”, aponta Kelman.

O setor elétrico acompanha de perto a disputa pelo uso da água em Minas Gerais e no Nordeste. No Nordeste, as chuvas têm ficado abaixo da média histórica nos últimos dez anos. O custo de captação tem sido crescente, assim como os conflitos com a agroindústria e o setor elétrico. Na Bahia, 10% da demanda são da agricultura e indústria localizadas ao redor dos rios estaduais. Na bar-



Jerson Kelman: racionalidade terá de ser cada mais utilizada no debate

ragem do Cavalo, que abastece 40% da população da Região Metropolitana de Salvador, convém uma usina hidrelétrica, produtores de fumo e a população que usa água em casa. Um comitê foi criado para definir os padrões mínimos de vazão do rio para que todas as atividades possam funcionar sem problemas.

Os desafios serão crescentes. Com pouco mais de 5% do mercado mundial agrícola, o Brasil deve consolidar sua liderança como principal fornecedor de carnes e grãos nas próximas décadas. O avanço do pré-sal vai posicionar

o país como um dos maiores produtores de óleo e gás e diversificar a matriz elétrica, com investimentos bilionários em usinas termelétricas. Em logística, os rios devem ser usados para escoar a produção da indústria e da agricultura e reduzir custos.

O crescimento da demanda por água pelos setores industrial, agrícola, energético e a variabilidade das chuvas nos últimos anos deverão tornar o debate do uso múltiplo da água cada vez mais presente no cenário nacional, diz o ex-diretor da ANP, David Zylbersztajn.

## Projeto de capitalização da Eletrobras provoca dúvidas sobre preços

De São Paulo

Após mais de 20 anos de tentativas de colocar em pé o projeto de capitalização da Eletrobras, o governo conseguiu aprovar na Câmara e no Senado a proposta que, se bem-sucedida, reduzirá a participação da União na empresa dos atuais 60% para 45%. No entanto, os jacobins acrescentados pelos parlamentares ao longo das discussões criaram várias distorções e recios entre especialistas, como o de potenciais aumentos de preços ao longo dos próximos anos.

A medida mais polêmica se refere à contratação compulsória, por 15 anos, por meio de leilões de reserva de capacidade, de 8 GW de termelétricas a gás com inflexibilidade mínima de 70%. Primeiro, os parlamentares deixaram de lado a Empresa de Pesquisas Energéticas (EPE), órgão estatal que faz o trabalho de planejamento no setor desde 2004. Segundo: traz preocupação sobre preços, segundo a consultoria PSR. Considerando as localizações específicas para esses ativos, sabe-se que, além dos investimentos nas usinas em si, serão necessários aportes substanciais para implementar a infraestrutura de transporte de gás natural que levará esse combustível até as usinas. “Nesse sentido, o preço-teto para os leilões que está definido no texto, estimado pela PSR em 368 R\$/MWh em valores atuais, parece ser bastante desafiador, o que gera especulações quanto ao uso de outros recursos para custear esses investimentos, como a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)”, destacam os sócios da consultoria em informe recente.

Outro ponto na legislação refere-se à possibilidade de renovação, por mais 20 anos, dos contratos do Pronin, que tinham previsão de término até 2030, se assim for da vontade dos geradores. Se aceitarem a renovação, o preço dos contratos passará a ser o preço-teto do Leilão A-6 de 2019, corrigido pelo IPCA até a data de publicação da lei, e, a partir dessa data, o índice de reajuste será trocado de IGP-M para IPCA. Além disso, esses geradores não terão direito ao desconto na tarifa fixa.

Essa potencial extensão indica a permanência de um encargo que se esperava que terminasse até 2030. “Isso é mais um sinal de que os encargos pressionam as tarifas e que o mercado livre autoprodução poderão ganhar espaço, o que pode deixar os mesmos custos a serem pagos por menos consumidores. Essa transição desordenada é preocupante”, afirma Luiz Barroso, presidente da PSR.

Um dos trunfos que o governo coloca na discussão é a destinação de boa parte do excedente econômico da usina hidrelétrica de Itaipu, que a partir de 2023 teria seus custos totalmente amortizados, reduzindo a pressão cambial sobre a parcela comprada pela distribuidora, para a redução de um dos encargos pagos pelos consumidores cativos, como por exemplo a CDE.

O processo de capitalização da estatal, previsto para ser concluído no começo de 2022, pode ajudar a injetar até R\$ 28 bilhões na CDE. O BNDES está conduzindo estudos nesse sentido. No mercado, há ainda ceticismo sobre os participantes, mas os chineses poderão estar entre os interessados. (R)